

Dispositivos Estatais e Construção Social dos Mortos

Apresentação do Dossiê



Desigualdades e formas de violências em tempos de pandemia

Há cerca de um ano vivemos num mundo que se converteu em um grande laboratório de experimentação de inúmeras mudanças na vida cotidiana. No centro dessas transformações ocasionadas pela pandemia do COVID-19 estão profundas desigualdades sociais, que fazem com que a doença ocorra de maneira muito mais ampla (Horton, 2020) e com consequências sobre as condições de subsistência e sobrevivência de diferentes corpos e territórios. Essas desigualdades marcadamente relacionadas com classe, raça, gênero e território têm definido os grupos de maior vulnerabilidade, que no Brasil podemos identificar entre moradoras e moradores de regiões periféricas (Silva, 2020), comunidades negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas (Machado *et al.*, 2020; Wagner, Acevedo e Aleixo, 2020), pessoas presas (Mallart *et al.*, 2020), trabalhadoras e trabalhadores, principalmente aqueles desempregados ou informais, e outros tantos grupos que, diante da ausência de políticas públicas, são atingidos com menos garantias sociais, como tem sido acompanhado por cientistas sociais brasileiros, nos mais diversos contextos (Grossi e Toniol, 2020).

A pandemia de 2020 se situa num momento em que

* Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Professora Adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também atua como pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). CV: <<http://lattes.cnpq.br/2087960920861866>>

** Doutoranda em Estratégias Científicas Interdisciplinares em Patrimônio y Paisaje, Universidad del País Vasco, EHU, Espanha. Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Desde 2013 atua em projetos de Antropologia Forense pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Entre 2014 e 2017, coordenou a pesquisa preliminar das atividades do Grupo de Trabalho da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para análise de restos mortais oriundos do Cemitério de Perus, São Paulo, com vistas à identificação de mortos e desaparecidos políticos assim reconhecidos pela Lei 9.140/95. CV: <<http://lattes.cnpq.br/2096704131182642>>



movimentos e partidos políticos da extrema direita em distintas partes do globo se consolidam em países que adotaram a política neoliberal, como Polônia, Hungria, Grécia, Índia e Brasil, revitalizando alguns princípios constitutivos de regimes autoritários. Tais governos, em geral eleitos sob um regime democrático, passam a administrar o Estado tendo as ditaduras e o totalitarismo como um horizonte mais que possível e próximo e, como no caso brasileiro, passam a aplicar uma intensa agenda econômica e ideológica de desmonte de instituições governamentais, desarticulação de políticas públicas e desestruturação de códigos e legislações para controle de ações do Estado e das empresas e proteção dos bens públicos e do meio ambiente.

No Brasil, a pandemia tem sido vivenciada sob a gestão de um governo negacionista e omissivo. No que se refere à gestão da morte, ainda nas primeiras semanas de pandemia no país apresentaram-se, por meio de uma portaria conjunta do Ministério da Saúde (MS) com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 31 de março de 2020, orientações que flexibilizariam regulamentações para autorização de enterros, como a supressão da necessidade de certidão de óbito para inumação. Tais procedimentos excepcionais abririam um vácuo na já frágil gestão de mortes no país. O que promoveria facilmente uma desregulação em processos que, como demonstrará este dossiê, não são tão controlados, levantando um alerta sobre o perigo de desaparecimentos em massa. Foi pela mobilização da sociedade civil e da ação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, com base no amplo arcabouço de normativas internacionais e de garantia de direitos humanos, que uma nova portaria foi publicada em 7 de maio de 2020, revisando a portaria anterior e incluindo procedimentos que visassem reduzir possibilidades de não identificação de mortos, como a proibição da cremação de corpos não identificados ou não reclamados, além da adoção de protocolos mais estritos para a coleta e o armazenamento dos materiais que podem vir a ser utilizados para identificação dos mortos (Araújo, Medeiros e Mallart, 2020).

No contexto da pandemia, em que quase 200 mil pessoas já morreram no Brasil pela doença, apresenta-se um cenário de luto coletivo, no qual familiares e amigos não podem se despedir de seus entes, cujos ritos fúnebres devem ser céleres e diminutos, e as temporalidades burocráticas são alteradas em virtude de crenças em torno do contágio dos mortos, ainda que os maiores riscos sejam de contaminação entre os vivos (Sanjurjo, Nadai e Azevedo, 2020). Neste fluxo de pessoas, corpos e papeis preocupa a forma como os mortos na pandemia têm sido administrados institucionalmente, pois temos como conjuntura práticas cotidianas nas quais pessoas desaparecem pela simples ausência de diálogo entre as instituições responsáveis pela gestão de mortos (Ferreira, 2013; Vendramini Carneiro e Gennari, 2016; Hattori *et al.*, 2016; Hattori e Vendramini Carneiro, 2020).

No contexto da pandemia, como buscar uma pessoa desaparecida nas grandes cidades brasileiras? Como seguir o caminho da morte, quando os acessos às instituições públicas se veem restringidos e muitas delas colapsadas pela alta demanda? Como podemos entender as formas de continuidade na desigual classificação de sujeitos e na construção social dos mortos pelas distintas instituições estatais responsáveis pela gestão dos mortos e que se veem exacerbadas nas políticas da morte na pandemia? (Medeiros, 2020; Hattori e Conde, 2020).



As pesquisas sobre o Estado e a gestão das mortes

Referimo-nos a dispositivos estatais, a partir da concepção foucaultiana (Foucault, 1979; Foucault, 2008) de dispositivo. Este enquanto função estratégica que se inscreve sempre em uma relação de poder e, também, enquanto conjunto heterogêneo que inclui desde discursos, instituições, edifícios, leis e medidas de segurança. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses vários elementos (Agamben, 2005; Foucault, 1979). Esses dispositivos, nos contextos coloniais e pós-coloniais, são parte fundamental nas relações de poder e na naturalização de hierarquias raciais, culturais, territoriais, de gênero e epistêmicas (Fanon, 1979; Quijano, 2000; Gonzaga e Costa Júnior, 2020), constituindo e estabelecendo limites e margens em torno do que se define como Estado nacional moderno (Das e Poole, 2004; Butler e Spivak, 2018).

A partir da noção de dispositivo, identificamos como se dá uma coerência e ordenação a diferentes práticas de governo nas ações que lidam com processos institucionais de gestão dos mortos. Nessa perspectiva, os dispositivos estatais funcionam como um conjunto ordenado e estratificado de formas de governo que perpassa a burocracia do Estado e suas ações de intervenção, agindo sobre a morte, organizando, classificando e hierarquizando aqueles que morrem, elaborando o processo de “construção institucional de mortos” (Medeiros, 2016). Estes, tomados como sujeitos dotados de agência, na medida em que fazem parte e integram relações sociais, são submetidos a processos de classificação e hierarquização que possibilitam reflexões e conceitos sobre a forma como, na sociedade, tem se produzido e reproduzido a morte como evento natural, aceitável, tolerável e, até, desejável para determinados sujeitos e grupos (Butler, 2009; Mbembe, 2006).

Potencializados pela situação política e social em diferentes contextos, especialmente no continente americano, acompanhamos o crescimento dos debates e, principalmente, sua maior repercussão a respeito da “violência policial” (Eilbaum e Medeiros, 2015). Diferentes movimentos sociais, pesquisadores, ativistas e veículos de comunicação independentes, grupos sociais de populações vulnerabilizadas têm evidenciado as diferentes estratégias e estruturas pelas quais a morte e a construção social e institucional dos mortos, sejam desaparecidos ou vítimas de mortes matadas, têm recebido tratamento desigual de agências do Estado (Silva e Dara, 2015; Hattori *et al.*, 2016; Medeiros, 2018; Assumpção *et al.*, 2018; Azevedo, 2018). Nesse sentido, nos referimos à violência de Estado a partir de uma perspectiva ampla - não só chacinas e assassinatos cometidos pela polícia, exército e diferentes grupos paramilitares, mas também pela ação burocrática e rotineira do Estado na produção de documentos (Pita, 2010; Farias, 2020). Ainda, observamos a omissão e negligência como parte de uma estratégia de exercício do poder moderno em territórios e contra populações que vivem, portanto, sob ameaça, e cujas vidas e mortes não importam (Foucault, 1975 e 1977).

A partir desses interesses, na última década, estudos na área da Antropologia têm se dedicado a investigar dispositivos estatais e processos de construção social dos mortos, por meio de etnografias sobre as maneiras pelas quais o fazer pericial integra a formação e consolidação do

Estado-nação, a partir de seu engajamento na produção/arquivamento e, portanto, controle de informações que dizem respeito ao corpo de cada cidadão e da população brasileira como um todo (Peirano, 2006; Ferreira, 2011; Medeiros, 2016; Nadai, 2018). Acrescentem-se as contribuições aplicadas ao âmbito jurídico e atuação em instituições (Vendramini Carneiro e Gennari, 2016; Gennari e Vendramini Carneiro, 2020; Eilbaum e Medeiros, 2016) que apontam para a importância do debate público e da mobilização social para operacionalizar formas menos arbitrárias de controle social e de produção de movimentos por memória, verdade, justiça e reparação de mortes e desaparecimentos promovidos pelo Estado (Araújo, 2012; Sanjurjo e Feltran, 2015; Ferreira, 2015; Eilbaum e Medeiros, 2018).

Já a Arqueologia no Brasil tem devotado, nos últimos anos, inúmeras pesquisas associadas a um campo de estudos denominado Arqueologia da Repressão e da Resistência (Funari, Zarankin e Reis, 2008). Trata-se de um campo vinculado a uma arqueologia do passado recente (Buchli e Lucas, 2001), cujo enfoque tem sido o estudo dos processos de violência política na América Latina principalmente vinculados à análise das materialidades, de centros clandestinos (Baretta, 2014; Maguire e Costa, 2018; Lemos, 2019), bases militares (Souza, 2019), valas clandestinas (Coimbra e Brasil, 2009; Teles e Lisboa, 2012; Funari e Oliveira, 2008), entre outros. A materialidade da violência estrutural e das formas de desaparecer tem sido recentemente abordada em recentes estudos de Antropologia forense e Arqueologia, por pesquisadoras e pesquisadores que integraram o Grupo de Trabalho Perus (Souza *et al.*, 2015; Grupo de Trabalho Perus, 2016; Hattori *et al.*, 2016) e na compreensão de legados da ditadura no presente (Hattori *et al.*, 2020).

A extensa produção acadêmica sobre a última ditadura militar brasileira também tem possibilitado entender como se conforma uma imbricada legislação de exceção e uma ampla estrutura administrativo-institucional, que passou a dar um “significado jurídico a uma esfera de ação em si extrajurídica”, própria do Estado de exceção e que irá estruturar, em grande parte, os dispositivos estatais, como o aperfeiçoamento das polícias e dos “Esquadrões da Morte” para controle de certas populações (Teles, 2020; Valente, 2017; Teles e Safatle, 2010; Barcellos, 1992).

Dispositivos estatais e a construção social de mortos

Deleuze (1990), em seu artigo “O que é um dispositivo”, afirma que desvendar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, fazer uma cartografia, mapear, viajar por terras desconhecidas ou se desfamiliarizar. É preciso estabelecer-se nas próprias linhas, que não se limitam a compor um dispositivo, mas cruzá-lo e arrastá-lo, de norte para sul, de leste para oeste, ou diagonalmente. Nesse sentido, a burocracia, como parte dos dispositivos estatais, é um sistema dotado de capital simbólico, objetivado por intermédio de mecanismos de funcionamento racionais, escritos, hierárquicos, especializados, impessoais, universais etc., em uma cadeia técnico-burocrático de criação (Lobo e Sobreira, 2020). Desenvolvida por um saber médico especializado (Foucault, 1963) e, muitas vezes também policial, inquisitorial e cartorial (Lima,

1989), para constituição social dos mortos, nos perguntamos como podemos compreender, para além de uma análise reflexiva do presente, como tal processo se estrutura, na conformação do Estado moderno brasileiro, nas categorizações e classificações de sujeitos, cuja lógica atravessa a racialização dos corpos e as condições socioeconômicas que esta pessoa possa ter tido na vida (Perelman, 2019; Cassal, 2020).

Essa compreensão dos processos histórico-sociais da maneira como o Estado se estrutura e operacionaliza a morte no processo de construção dos mortos tem sido desenvolvida mais recentemente, sendo o presente dossiê uma contribuição aos estudos desse campo. Aqui reunimos análises dedicadas a descrever regimes técnicos e morais que se alinhavam nas instituições, tornando visíveis e enunciáveis as diferentes suturas que produzem mortos, desde suas derivações, transformações e mutações. Visibilidade e enunciação que, como descreve Deleuze (1990), se combinam com linhas de força e de subjetivação e, também, com brechas, fissuras e fraturas, que ora se entrecruzam, ora se misturam. Nesse movimento contínuo, histórico e social, acabam “por dar uma nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento”. Descrever e analisar tais dispositivos é uma forma de explicar como se mobiliza um regime de saber, poder e subjetivação sobre a morte, que se vê indizível e invisível, e que age no sentido de produzir um controle sobre os mortos, de modo a construir socialmente sujeitos matáveis, objetos irrastráveis, corpos extermináveis, populações vulneráveis e territórios marginais.

Iniciamos o dossiê com o artigo de Márcia Lika Hattori e Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, intitulado *Políticas neoliberais: o desaparecimento de pessoas na burocracia dos cemitérios*, no qual as autoras analisam, a partir das políticas neoliberais de privatizações promovidas pela gestão municipal dos serviços cemiteriais na cidade de São Paulo, as complexas relações entre ação e omissão do Estado em seus diferentes níveis, refletindo sobre formas de desaparecimento de pessoas pela burocracia. Por meio da análise de documentação arquivada na burocracia do cemitério e do material humano remanescente no ossário coletivo, Hattori e Carneiro apresentam o caminho da perda da relação entre esses mortos e suas identidades, ocorrida num processo de exumação e destinação de corpos não reclamados, evidenciando como a negligência nos procedimentos na burocracia e na relação dos mortos como propriedade, acarreta perdas do destino dos corpos. Os interesses empresariais e a possibilidade de privatização dos cemitérios produzem um cenário complexo na gestão do cemitério e dos corpos, diante da ausência de novos jazigos disponíveis, devido à superlotação de cemitérios em São Paulo. A situação precária do ossário coletivo subterrâneo não é visível, seja para a população, seja para os empresários interessados em investir. A partir de uma descrição textual densa, com apoio de imagens, as autoras evidenciam o que ocorre com e nesses espaços ocultos, escondidos intencionalmente, que dificilmente afetam os olhos da população e, menos ainda, do Estado. “Corpos não reclamados” que representam e materializam aqueles que são negligenciados e têm suas identidades perdidas e passíveis de destruição, nos rumos tomados pelo cemitério, enquanto um serviço e uma instituição. Essa negligência, que ganha resistência pela ação de familiares, movimentos sociais, pesquisadores e, até, dos próprios sepultadores, servidores do cemitério, longe de mero descuido por um ato individual, integra



uma política construída por uma racionalidade governamental, que faz do próprio descuido uma estratégia para fazer desaparecer.

Em seguida, temos o artigo, *Quando o corpo se torna indigente: sobre processos de morrer à luz do Estado*, de Andréa de Souza Lobo e Luiza Bão Sobreira, que trata da identificação de corpos como não identificados pelo poder médico cartorial institucionalizado, a partir de etnografia realizada no Distrito Federal. Em diálogo com uma forte produção etnográfica situada na antropologia política e jurídica, as autoras descrevem espaços, documentos e narrativas, resultado de trabalho de campo e de entrevistas com os agentes responsáveis pelas instituições observadas, que explicitam como a marginalização e a vulnerabilização são produzidas pela ação do Estado nos processos de gestão de mortes. O foco nos temas da documentação e das tecnologias de gestão dos corpos que conformam os domínios do saber poder médico-legal é apresentado para discutir como o Estado se apresenta ineficiente e insuficiente para com os corpos não identificados. A partir da análise empreendida, a pergunta que se levanta é se estamos frente a um problema de eficiência a ser resolvido em termos de políticas públicas e na construção de metodologias para resolução de casos ou para o manejo burocrático ou se estamos diante de uma tecnologia de gestão de populações, para a qual a ineficiência e a incoerência apresentam eficácia política e que, para tanto, seria necessária a desburocratização e desarticulação dos dispositivos estatais que constroem, hierarquizam e desiguam socialmente os mortos.

O artigo de Yvone Maria Gonzaga e Jair da Costa Junior, *Capital racial e a perspectiva colonial no século XXI: reflexões sobre a política de segurança pública*, a partir de um recuo histórico ao contexto colonial até a República evidenciando a permanência das lógicas de atuação da violência policial, da segregação e da manutenção das desigualdades raciais/sociais a partir dos discursos de ordem, controle e violência que recaem sobre a população negra, possibilita refletir sobre o cenário contemporâneo. A análise dos processos histórico-sociais relacionados à construção de significados e sentidos referenciados em supostas distinções raciais demonstra como se configura um poder simbólico baseado na racialização das representações sociais. A partir de uma análise decolonial, os autores articulam as relações entre capitalismo e racismo no surgimento da modernidade, evidenciando como o processo de gestão de mortes se dá pela atuação sistemática do Estado na efetivação de um controle sobre os corpos, confinamento e subjetivação da dominação, por intermédio de formas e dispositivos de racialidade e biopoder, por meio dos quais se perpetra violência física e simbólica, majoritariamente contra a população negra brasileira. Uma história de longa duração, que estrutura e consolida o capitalismo racial na formação do Estado-nação brasileiro, para manutenção do poder, refletida desde os privilégios pautados no capital racial. Os autores destacam o processo de modernização que, no Brasil, foi efetivado pela colonização e como este se traduz na evidência da mobilização do sentido da cor da pele, produzindo a raça enquanto parâmetro e símbolo de mensuração de valoração social, moral, cognitiva, cidadã e, em suma, humana.

Em uma análise documental e bibliográfica do período da ditadura militar brasileira, o artigo seguinte, de Janaina Teles, intitulado *Eliminar "sem deixar vestígios": a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil* apresenta dados sobre a estruturação dos dispositivos

estatais para eliminação de pessoas e demonstra o papel central desta estratégia no estado ditatorial brasileiro e de suas articulações na política nacional e internacional para implementação de uma agenda econômica e social que culminou num projeto de distensão política conduzido pelos militares. A partir de 1973, com o desgaste do governo militar, o desaparecimento forçado é utilizado como instrumento estratégico para amenizar os primeiros sinais de erosão da legitimidade dos militares. A criação de centros clandestinos de detenção, como a “Casa da Morte” de Petrópolis, e a fase final da repressão à Guerrilha do Araguaia desencadeada em outubro de 1973, marcam o período voltado para a centralização e militarização de instituições. Nesse sentido, a autora demonstra como a ditadura brasileira caracterizou-se pela utilização de estratégias repressivas seletivas, cujas práticas oscilaram entre esconder e mostrar a violência estatal, combinando a intenção do regime de se legitimar, com a necessidade de difundir o medo. Segundo a autora, todo o intercâmbio realizado com agências internacionais acabam por aparelhar instituições e formar agentes no combate às “ameaças” à segurança interna, sendo formados os serviços especiais, como as “tropas de choque” do tipo militar para repressão às manifestações estudantis e operárias, o controle das favelas do Rio de Janeiro e a perseguição de dirigentes e militantes de movimentos sociais urbanos e do campo e grupos religiosos, todos esses, alvo de operações conduzidas por agentes do Estado, treinados para produzir desaparecimentos forçados.

O último artigo que integra o dossiê, *O menino morto com um sorriso sem dentes: Narrativas de assassinatos de adolescentes por LGBTIfobia no Brasil*, de Luan Carpes Barros Cassal, analisa modos de narração sobre assassinatos de adolescentes por LGBTIfobia no Brasil e debate a produção de relatórios institucionais sobre assassinatos e os problemas de delimitar a LGBTIfobia. Seguindo uma linha de investigações em psicologia social sobre violência e assassinatos em razão de gênero e sexualidade, o autor parte do princípio de que certos modos de narrar permitem estabelecer histórias como completas ou incompletas e estabelecem um regime de medo que busca destruir, não apenas aquele corpo ou vida, como também a própria ideia de dissidência sexual e de gênero, na medida em que elege um inimigo que não se pode eliminar totalmente. O cruel nessa lógica é que a morte violenta é, por vezes, a única forma associada ao único momento em que suas existências ganham o debate público. Para o Estado, as pessoas classificadas como desviantes e impossíveis de controlar são classificadas como perigosas, o que reforça a ação de dominação sobre seus corpos, performances e existências. Cassal evidencia como uma morte é um fracasso de responsabilidade coletiva, justamente porque essas vidas são mantidas em uma linha frágil, em condições vizinhas à destruição.

Diante desse conjunto de artigos, reunimos distintas perspectivas sobre as relações entre Estado e os mortos nas práticas e narrativas produzidas e nas múltiplas instituições que estão vinculadas: institutos médico legais; delegacias de polícia; cartórios e outros aparatos vinculados à violência estatal, como ossários coletivos ocultados, valas comuns, cemitérios, entre outros. Imiscuindo corpos e papéis, técnicas e moralidades, identificamos diferentes modos de compreensão das formas pelas quais agências estatais produzem pessoas desaparecidas e corpos matáveis, e de que maneira diferentes pesquisas possibilitam desvelar desigualdades experienciadas por sujeitos e grupos na relação com os mortos, bem como compreender as

estruturas pelas quais o Estado administra e institucionaliza a morte. Se, como argumentamos aqui, dispositivos estatais de controle constroem social e institucionalmente sujeitos mortos, como podemos analisar a vida social desses mortos, para além do agenciamento de dispositivos estatais que reproduzem sobre esses sujeitos sem vida valores e desigualdades constituintes da relação entre sociedade, Estado e mercado? Para além de uma resposta singular a essa pergunta, os artigos que agora convidamos à leitura partem de perspectivas etnográficas, arqueológicas, históricas e sociológicas que descrevem e analisam processos de construção social e institucional de mortos, em contextos diversos das burocracias estatais e permitem desvelar, desnaturalizar e produzir estranhamentos sobre a gestão de mortes e a própria (re) produção de vidas.

*

Dedicamos este número a todas as vítimas fatais da covid-19, inumeráveis mortos capturados pelo invisível, cujas mortes não podem ser indivisíveis, pois são resultado da contínua construção de formas violentas, repressivas e omissas de impedimento à vida, à dignidade e ao bem viver.

Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9–16, 2005.

ARAÚJO, Fábio. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: sofrimento, violência e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. 268 f.

ARAÚJO, Fábio; MEDEIROS, Flavia; MALLART, Fábio. As valas comuns: Imagens e políticas da morte. *Dilemas*, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2020. [Seção] Reflexões da Pandemia.

ASSUMPÇÃO, Raiane *et al.* A violência de Estado e a busca pelo acesso à justiça. Uma análise a partir das narrativas dos familiares das vítimas dos Crimes de Maio de 2006 ocorridos na Baixada Santista, São Paulo. *SUR – International Journal on Human Rights*, São Paulo, v. 15, n. 27, p. 135-152, 2018.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Ausências incorporadas: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018. 352 p.

BARCELLOS, Caco. *ROTA 66: A história da polícia que mata*. 16. ed. São Paulo: Editora Record, 1992. 352 p.

BARETTA, Jocyane Ricelly. Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção de memórias. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 8, n. 2 [10], p. 76-89, 2014. <https://doi.org/10.20396/rap.v8i2.8635640>.

BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. *Archaeologies of the contemporary past*. London: Routledge, 2001. 194 p. <https://doi.org/10.4324/9780203185100>.

BUTLER, Judith. *Frames of War: When is Life Grievable?* New York, 2009. 193 p.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quem canta o Estado-nação?* Língua, política, pertencimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018. 102 p.



CASSAL, Luan Carpes Barros. O menino morto com um sorriso sem dentes: Narrativas de assassinatos de adolescentes por LGBTfobia no Brasil. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 298-320, jul./dez. 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; BRASIL, Vera Vital. Exumando, identificando os mortos e desaparecidos políticos: uma Contribuição do GTNM/RJ para o Resgate da Memória. In: MOURÃO, Janne Calhau (org.). *Clínica e Política: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer, 2009. v. 2, p. 45-62.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its Margins: Comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. New Mexico: School of American Research Press, 2004. p. 3-33.

DELEUZE, Gilles. ¿Qué es un dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-163.

EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Quando existe 'violência policial'? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015.

EILBAUM, Lucia; MEDEIROS, Flavia. "Onde está Juan?": moralidades e sentidos de justiça na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 41, p. 9-23, 2016. <https://doi.org/10.4000/aa.1530>.

EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. "A tal reparação": moralidades e emoções do ponto de vista de familiares de vítimas letais. In: SANTOS, Shana Marques Prado et al. (org.). *Reparação como política: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 2018. p. 56-67.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 400 p.

FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020. 248 p.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. "Uma etnografia para muitas ausências": o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. 308 f.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoas e outros documentos. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132013000100002>.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. *Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 292 p.

FOUCAULT, Michael. *O nascimento da clínica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1963. 241 p.

FOUCAULT, Michael. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975. 352 p.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. 288 p.

FOUCAULT, Michael. 1979. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 277 p.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 590 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira de. A arqueologia do conflito no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. (org.) *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 141-149.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. (org.) *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume, 2008. 215 p.

GENNARI, Patricia Visnardi; VENDRAMINI CARNEIRO, Eliana Faleiros. O Ministério Público em busca de pessoas desaparecidas: um olhar ao meio ambiente destinado às inumações de pessoas não identificadas no Município São Paulo. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 114-136, 2020.

GONZAGA, Yvone Maria; COSTA JUNIOR, Jair da. Capital racial e a perspectiva colonial no século XXI: reflexões sobre a política de segurança pública. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 240-264, jul./dez. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. 1. ed. São Paulo: ANPOCS, 2020. 718 p.

GRUPO DE TRABALHO PERUS: A retomada da identificação dos desaparecidos políticos da vala clandestina. Relatório produzido e encaminhado à CMV pelo Grupo de Trabalho Perus em novembro de 2016. In: LAJOLO, Tereza et al. (coord.). *Relatório Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: [s. n.], 2016. p. 371-392.

HATTORI, Márcia Lika et al. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano 1, n. 2, s. p., abr. 2016.

HATTORI, Márcia Lika. Necropolítica em três atos. *El Salto*, on-line, 28 oct. 2020. [Seção] Agantro. Disponível em: <<https://www.elsaltodiario.com/agantro/agantro-necropolitica-em-tres-atos>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HATTORI, Márcia Lika; CONDE, Daniel. Verticalidade da pandemia na Espanha e no Brasil: um olhar desde a varanda. *Boletim extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento da Covid-19*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 8-10, 2020. Tema: Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações.

HATTORI, Márcia Lika; VENDRAMINI CARNEIRO, Eliana Faleiros. Políticas neoliberais: o desaparecimento de pessoas na burocracia dos cemitérios. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-216, jul./dez. 2020.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *Lancet*, London, v. 396, n. 10255, p. 874, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32000-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32000-6).

LEMONS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019. 384 f.

LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 65-84, 1989.

LOBO, Andréa de Souza; SOBREIRA, Luiza Bão. Quando o corpo se torna indigente: sobre processos de morrer à luz do Estado. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 217-239, jul./dez. 2020.

MACHADO, Ana Maria et al. (org.) *Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado*. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2020. 105 p. *E-book*.

MAGUIRE, Pedro Fermín; COSTA, Denise Neves Batista. 'Scientific torture'? Scientism and the marks of torture inside a police station in Belo Horizonte, Brazil. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, on-line, v. 15, n. 3, e153510, 2018. <https://doi.org/10.1590/1809-43412018v15n3d510>.

MALLART, Fábio et al. O massacre do coronavírus. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo. (org.) *Cientistas sociais e o Coronavírus*. 1. ed. São Paulo: ANPOCS, 2020. p. 405-409.

MBEMBE, Achilles. Necropolitics. *Raisons politiques*, Paris, n. 1, p. 29-60, 2006. <https://doi.org/10.3917/rai.021.0029>.

MEDEIROS, Flavia. "Matar o morto": uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016. 221 p.

MEDEIROS, Flavia. *Linhas de Investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades numa Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. 351 p.

MEDEIROS, Flavia. Operações policiais, produção de mortos e investigação de mortes: violência policial em meio à pandemia. *Boletim extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento da Covid-19*, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 4-7, 2020. Tema: Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações.

NADAI, Larissa. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. 323 f.

PEIRANO, Mariza. 'Sem lenço, sem documento': cidadania no Brasil. In: PEIRANO, Mariza. *A Teoria Viva e Outros Ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 121-134.

PERELMAN, Mariano D. Bodies in the tip: Deaths and politicised deaths in Buenos Aires's refuse. *Human Remains and Violence*, Manchester, v. 5, n. 1, p. 38–54, 2019. <https://doi.org/10.7227/HRV.5.14>.

PITA, Maria Victoria. *Formas de morir y formas de vivir*. El activismo contra la violencia policial. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2010. 256 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas. Violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, abr./jun. 2015. <https://doi.org/10.21800/2317-66602015000200013>.

SANJURJO, Liliana; NADAI, Larissa; AZEVEDO, Desirée. Corpos, tempo e instituições: Um olhar sobre os cemitérios na pandemia de Covid-19. *Dilemas*, Rio de Janeiro, 2020. p. 1-17. [Seção Reflexões da Pandemia.

SILVA, Debora M.; DARA, Danilo. Mães e familiares vítimas do Estado: a luta autônoma de quem



sente na pele a violência policial. *In*: KUCINSKI, Bernardo *et al.* *Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p 83-90.

SILVA, Fernanda Pinheiro. COVID-19 no município de São Paulo: dados e desigualdades. *Boletim extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento da Covid-19*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 4-7, 2020. Tema: Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações.

SOUZA, Rafael de Abreu *et al.* A formação do grupo de antropologia forense para a identificação das ossadas de Vala de Perus. *In*: RELATÓRIO Final da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. São Paulo, Brasil: [s. n.], 2015. T. 1, pt. 1, cap. 4. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap4.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SOUZA, Rafael de Abreu. *A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia*. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. 417 f.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. 352 p.

TELES, Janaina. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020.

TELES, Maria Amélia Almeida; LISBOA, Suzana Keninger. A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça! *In*: INSTITUTO MACUCO. *Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira*. São Paulo: Instituto Macuco, 2012. v. 1, p. 200. *E-book*.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. *E-book*.

VENDRAMINI CARNEIRO, Eliana Faleiros; GENNARI, Patrícia Visnardi. O Ministério Público em busca de pessoas desaparecidas: desaparecimentos forçados por omissão do Estado. *Revista Liberdades*, São Paulo, n. 22, p. 39–52, maio/ago. 2016.

WAGNER, Alfredo; ACEVEDO, Rosa; ALEIXO, Eriki. *Pandemia e território*. São Luís: UEMA Edições, 2020. 1226 p.